



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E CONTROLE

REQUERIMENTO Nº , DE 2011

(do Sr. Duarte Nogueira)

Solicita seja convidado o Sr. **David Castro**, pastor evangélico dirigente da Igreja Batista Gera Vida, para esclarecer denúncia de cobrança de propina em favor do PCdoB.

Senhor Presidente:

Nos termos regimentais, requeiro a Vossa Excelência, ouvido o Plenário desta comissão, seja convidado a comparecer a este órgão técnico, em reunião de Audiência Pública a realizar-se em data a ser agendada, o Sr. David Castro, pastor evangélico dirigente da Igreja Batista Gera Vida, para esclarecer denúncia de cobrança de propina de verbas de convênio firmado com o Ministério do Esporte em favor do PCdoB.

JUSTIFICAÇÃO

O Jornal Folha de São Paulo, em sua edição de 22 de outubro de 2011, fez publicar a seguinte notícia:

“Pastor afirma que Esporte cobrou 10% para PC do B
Fundador de igreja que recebeu R\$ 1,2 milhão diz ter se negado a pagar propina
Nova testemunha diz ter sido procurada por emissários do ministro do Esporte para repassar dinheiro para o partido
ANDREZA MATAIS



CÂMARA DOS DEPUTADOS

FILIPPE COUTINHO
DE BRASÍLIA

O fundador de uma igreja que recebeu R\$ 1,2 milhão do Ministério do Esporte diz que foi pressionado a repassar 10% do dinheiro para os cofres do PC do B, o partido que controla o ministério.

"Veio um monte de urubu comer o filezinho do projeto", disse à Folha o pastor evangélico David Castro, 56, que dirige a Igreja Batista Gera Vida, de Brasília. Ele diz que se recusou a pagar a propina.

É a segunda pessoa que vem a público nesta semana acusar o Ministério do Esporte de desviar para o PC do B dinheiro destinado a convênios com organizações não governamentais. O policial João Dias Ferreira, dono de duas ONGs que tiveram convênios com o ministério, disse à revista "Veja" que o próprio ministro Orlando Silva recebeu propina na garagem do ministério. Orlando nega a acusação.

O ministério fechou convênio com a Igreja Batista Gera Vida no fim de 2006 para desenvolver atividades esportivas para 5.000 crianças carentes, dentro do programa Segundo Tempo.

O projeto foi apresentado ao ministério pelo pastor Castro no início de 2006, quando o ministro era o atual governador do Distrito Federal, Agnelo Queiroz, hoje no PT.

Quando o convênio com a instituição foi assinado, em 14 de novembro de 2006, Orlando Silva já era o ministro.

O dinheiro foi liberado em duas parcelas: a primeira seis dias depois da assinatura do convênio e a segunda em 2 de abril de 2007.

Funcionário aposentado do Banco Central, o pastor se recusou a dar o nome das pessoas que teriam cobrado a propina, mas afirmou que uma delas era um funcionário do ministério.

Ele afirmou que, após a liberação da primeira parcela do dinheiro, no final de 2006, foi procurado por duas pessoas que diziam falar em nome do PC do B e Agnelo.

"Usavam o nome do ministro. Diziam: "É para suporte político do ministro"."

Filiado ao PP, Castro afirmou que sofreu retaliação por não ter pago a propina exigida. "Na hora da prestação de contas [do convênio], houve dificuldade porque evidentemente não houve propina."

O Ministério Público Federal acusa a igreja de ter cometido irregularidades numa licitação aberta para compra de merenda e cobra a devolução do dinheiro do convênio. Foi só depois disso que o ministério decidiu reprovar as contas da entidade.

"Era uma forma de eles tirarem o corpo fora", disse o pastor.

Antes dessa manifestação do Ministério Público, a pasta chegou a mandar uma carta para a igreja oferecendo a renovação do contrato."



CÂMARA DOS DEPUTADOS

A acusação do denunciante é grave e precisa ser melhor esclarecida, principalmente considerando as constantes denúncias que têm surgido contra o Ministério do Esporte desde que a pasta foi assumida por representantes do Partido Comunista do Brasil – PCdoB no ano de 2003, primeiro ano da administração do ex-Presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

O volume de dinheiro público desviado a partir de convênios firmados com entidades filantrópicas (ONGs) é vultoso e o Congresso Nacional, através de suas comissões, em especial por meio desta Comissão de Fiscalização e Controle, deve esclarecer o quanto antes todo o corrido para que os responsáveis sejam punidos e o dinheiro apropriado seja devolvido ao erário.

São estas as razões que nos levam a pleitear a aprovação deste convite, na expectativa de que os fatos denunciados sejam devidamente elucidados, o que atende ao interesse público.

Sala das Sessões, em 24 de outubro de 2011.

Deputado **DUARTE NOGUEIRA**
PSDB/SP